

Cálice

E pensar que lutamos tanto por liberdade de expressão, pelo direito de manifestar-se, por não mais sermos obrigados a tolerar “tanta mentira, tanta força bruta...”

“Eliminação” de estudantes, presença cotidiana da PM no campus (e conflitos disso decorrentes), visitas da tropa de choque, demissões e processos contra funcionários... diante de tamanhas agressões, pode parecer até de menor gravidade o que a Reitoria reservou à Adusp.

Fomos brindados com uma “Oportunidade para a Adusp esclarecer a acusação de ‘desvio de verbas acadêmicas para construções’” (*USP Destaques* 55, 2/3/2012). No texto a Reitoria informa que os diretores da entidade deverão esclarecer as afirmações feitas à imprensa ou se retratarem, “sob pena de ação penal de difamação”.

Do ponto de vista jurídico, trata-se de um “pedido de explica-

ções” a todos os diretores da Adusp. Afirma o texto da medida judicial (petição inicial) ter tido o reitor “sua honra violada, por meio de insinuações maliciosas possivelmente proferidas pelos requeridos, em conversas com jornalistas que trabalham no jornal *O Estado de S. Paulo*, que deram origem ao Editorial do referido jornal”, do dia 25/2/12, no qual se afirma que “as entidades docentes acusam o reitor Grandino Rodas de ter privilegiado a construção de novos edifícios, inclusive em bairros nobres da capital, transferindo para as obras verbas antes destinadas ao setor de recursos humanos”.

O pedido da inicial: “que sejam chamados a juízo os requeridos para darem explicações acerca dos fatos em questão, de forma que, se se recusarem a dá-las ou, a critério do juízo, não as derem de forma satisfatória, poderão ensejar a competente ação penal pública” (veja

no site da Adusp a íntegra da petição inicial).

Repúdio. A Assembleia da Adusp de 14/3 aprovou manifesto — proposto inicialmente pela setorial da FFLCH e já aprovado pelo Conselho de Representantes da entidade — em repúdio a mais essa atitude que tenta calar, por meio de medidas judiciais absolutamente infundadas e injustificáveis, toda e qualquer voz que não faça coro às iniciativas e propostas da Reitoria. Esse manifesto (leia nesta página) será amplamente divulgado, podendo ser subscrito por colegas no site <http://migre.me/8jmpp>.

Vale lembrar que a Adusp já foi processada pelo reitor Flávio Fava de Moraes, que alegou ter sido injustamente acusado pela entidade de ter mentido. O pronunciamento do Ministério Público adotado pelo juiz que arquivou o processo, é peça digna de ser lida neste mo-

mento (veja sua íntegra em www.adusp.org.br).

Representada por suas sucessivas diretorias, a Adusp sempre balizou sua conduta e ação no interesse público, por meio do debate qualificado, da autonomia e da firmeza na defesa de suas posições e do direito de expressá-las.

Sempre foi assim, e não será diferente agora!

PS- Cá entre nós, como seria bom ter à frente da USP um reitor que tivesse como princípios norteadores de sua ação o “diálogo amplo, permanente, sistemático, transparente, democrático e responsável”. E aí, remexendo em não tão velhos papeis, descobrimos que nós temos (!?). Esses princípios faziam parte do programa do atual reitor e então candidato, João Grandino Rodas (*Informe* n° 2, Plano de Gestão, 5/10/2009).

A Assembleia da Adusp de 14/3/2012 deliberou:

1. SOBRE A INTERPELAÇÃO JUDICIAL DOS DIRETORES DA ADUSP

- Divulgar manifesto de repúdio à atitude do reitor de interpelar judicialmente os diretores da entidade (veja texto ao lado);
- Autorizar a diretoria da entidade a contratar escritório criminalista para eventual defesa dos seus diretores;
- Intensificar campanha de filiação à Adusp, como resposta ao ataque proferido pelo reitor;
- Divulgar no site da Adusp a íntegra do texto da petição inicial;
- Realizar mesa com juristas para debater os ataques à democracia na USP.

2. CAMPANHA DE DATA-BASE 2012

- Aprovar a pré-pauta proposta pelo Fórum das Seis, com algumas modificações de redação e a inclusão da reivindicação de contratação de novos docentes e funcionários.

3. PAUTA ESPECÍFICA DOS DOCENTES

- Indicar que as setoriais discutam a possibilidade de construir uma pauta específica dos docentes;
- Propor que dessa pauta constem reivindicações como: valorização dos níveis iniciais da carreira; substituição do período experimental dos regimes de RTC e RDIDP pelo período probatório de 3 anos, conforme prevê a Constituição, passando a avaliação dos docentes durante esse período a ser feita pelos departamentos e unidades; contratação de professores.

Professores repudiam práticas de intimidação

O presente manifesto foi proposto pela assembleia setorial da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em 6/3/2012, aprovado pelo Conselho de Representantes, em 9/3/2012, e pela Assembleia Geral, em 14/3/2012, como posicionamento da Adusp frente aos últimos atos de intimidação contra a entidade, na figura de seus diretores.

Diante da informação veiculada pela Reitoria da Universidade de São Paulo sobre interpelação judicial de dez professores, todos eles diretores da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, em decorrência de supostas afirmações a eles atribuídas, publicadas em editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 25/2/2012, acerca de como a atual administração emprega as verbas da instituição, declaramos nosso total repúdio a práticas que vêm instaurar um ambiente de intimidação, coibindo a livre expressão acerca da concepção de universidade que defendem. Para que existam garantias democráticas na universidade e para que a liberdade de pensamento prevaleça, condição fundamental para a criação científica de toda sorte, a administração precisa responder a críticas com argumentos e não com processos judiciais.

Os docentes da Universidade de São Paulo não podem estar submetidos a uma gestão que tenta criminalizar aqueles que não aprovam suas prioridades e metas. Em nome da liberdade de pensamento, condenamos veementemente mais esse ato de arbitrariedade da Reitoria.

“Amigos da Poli” e *Endowment* concorrem por investimentos privados na Politécnica

Em fevereiro de 2012 foi lançado o Fundo Patrimonial Amigos da Poli (FPAP). Com público-alvo para a captação de recursos parecido, o fundo deve disputar a capacidade de investimentos de empresas, professores e pais de alunos com o já operante *Endowment* da Escola Politécnica (EEP). Ao que parece o FPAP vai se contrapor ao EEP — e começa a dar sinais dessa disputa por meio de críticas ao fundo privado concorrente.

Uma das principais críticas do FPAP, que consta do documento “Análise sobre o *Endowment* da Escola Politécnica (EPP)”, distribuído por correio eletrônico, diz respeito ao fato de a diretoria do EEP ser “imutável”, definida pelo estatuto, sem participação dos doadores e composta pelo diretor da Politécnica, pelo presidente do Grêmio Politécnico e pelo diretor da Associação dos Engenheiros Politécnicos. “O Grêmio Estudantil possui um terço dos votos na decisão de divisão dos recursos do fundo. Durante muitas gestões o relacionamento entre as pessoas ocupantes destes cargos não foram [sic] amistosas, de forma que a divisão dos recursos pode enfrentar problemas”, avalia o FPAP.

Outro ataque diz respeito à “ausência de independência” nas decisões sobre destinação de recursos do EEP. Por ser este “uma organização cujos principais membros estão ligados à Escola Politécnica”, avalia o FPAP no citado documento, “a destinação dos recursos pode enfrentar influência política”. O texto alinha uma série de exemplos

“do que acreditamos ser necessário evitar”, numa curiosa combinação: “greves, movimento estudantil, risco do repasse de verbas da USP, partidarismos, sindicalismos, acúmulo de funções, conflitos de interesse”.

Em oposição, o FPAP diz ainda ser independente da escola do ponto de vista jurídico e afirma que é vedado o comprometimento de seus recursos com o orçamento corrente da Politécnica. O site do fundo informa, contudo, que entre os quatro membros do conselho deliberativo encontra-se o pró-reitor de Pós-Graduação, e ex-diretor da Politécnica, Vahan Agopyan (<http://amigosdapolli.com/ofundo/oquee>).

A gestão dos recursos, em ambos os fundos, fica a cargo de profissionais do mercado; a diferença dar-se-ia apenas na definição do poder para decidir a destinação dos recursos. No caso do EEP, como já citado, essa decisão cabe à diretoria, que se confunde com a própria diretoria da Escola Politécnica, já que o professor José Roberto Cardoso acumula os cargos de diretor do fundo e da faculdade, administrando um fundo de caráter privado e, *pari passu*, uma unidade acadêmica de uma instituição pública.

No FPAP, porém, o conselho deliberativo é indicado pelos próprios doadores, sendo uma das posições reservada a um docente da Politécnica. Assim, no FPAP são agentes externos à comunidade acadêmica que decidem quais projetos da escola receberão investimentos. Note-se que o conselho deve ser formado apenas por grandes investidores, já que o direito a voto

deliberativo é restrito aos que fazem doações acima de R\$ 100 mil!

Arrecadação. Ainda na fase de angariar colaboradores, o FPAP já nasce com um fundo que possui recursos de diversos doadores no valor aproximado de R\$ 5 milhões. Segundo a assessoria do FPAP, entre os colaboradores estão Roberto Egydio Setúbal, presidente do Itaú Unibanco, Jaime Garfinkel, presidente do Conselho Administrativo da Porto Seguro, e Pedro Wongtschowski, CEO do Grupo Ultra. Até o final de 2012 o fundo pretende chegar a R\$ 10 milhões e só em 2013 iniciar os editais para selecionar os projetos que receberão investimentos.

O EEP, por sua vez, promete caminhar a passos largos em 2012. Mas em novembro de 2011 os ativos do *Endowment* ainda eram modestos, somando um total de R\$ 230 mil, segundo o jornal *Valor Econômico*. A maior doação, no valor de R\$ 100 mil, veio do Grêmio Politécnico. A maior doação corporativa veio do grupo Seal, do setor de tecnologia: R\$ 20 mil. A meta traçada para o ano de 2012 é de atingir R\$ 25 milhões, o que permitiria a retirada anual de R\$ 1,5 milhão.

Tanta é a ansiedade pela entrada de novos recursos que no final de 2011 o diretor da Politécnica e do EEP, José Roberto Cardoso, enviou uma carta às famílias dos alunos da Politécnica, convidando-os a “conhecer mais sobre esse projeto”, ou seja, o *Endowment*. Na carta, queixa-se de que na unidade “o que conseguimos investir com re-

ursos públicos é apenas R\$ 20 mil por aluno [por ano]”, valor inferior aos “R\$ 350 mil” investidos por Yale e Stanford.

Silêncio. O EEP anunciou que até 2021 pretende chegar a R\$ 150 milhões de patrimônio, o que permitiria um resgate anual de R\$ 9 milhões. Todo esse montante de recursos será gerido pela *Endowments* do Brasil que, em parceria com a Bradesco Corretora, a BNY Mellon e a Aliança Empreendedora, projetou o fundo de captação. O FPAP, por sua vez, não deixa claro quem será responsável pela gestão de seus recursos, se limitando a dizer que “a gestão dos recursos fica a cargo de profissionais de mercado”.

Para avaliar o impacto das contribuições desses fundos, caso consigam as doações estimadas, vale esclarecer que somente em recursos orçamentários liberados pelo governo do Estado a Politécnica recebeu da USP, em 2010, R\$ 138,73 milhões (*Anuário Estatístico*, 2011); cabe informar, para efeito de projeções futuras desta dotação, que ela cresceu cerca de 63% de 2005 para 2010.

Alguns professores questionam a necessidade da existência dos fundos, já que as doações poderiam ser feitas diretamente para a USP. A Reitoria, por sua vez, permanece em absoluto silêncio tanto a respeito da disputa dos dois fundos privados em torno da Politécnica, como da exótica iniciativa de um diretor de unidade de pedir doações a pais de alunos de uma universidade pública.

Marcos Santos/USP Imagens



César Ades, professor do Instituto de Psicologia da USP, morto em 14/3/2012, foi pioneiro no país e referência mundial na área de etologia e comportamento animal, tendo contribuído para a aproximação psicologia-biologia evolutiva. Generosidade e encantamento com a vida foram traços marcantes no colega.

Daniel Garcia



Morreu Aziz Ab'Saber, em 16/3/2012, professor aposentado do Departamento de Geografia da USP, cientista e ex-presidente da SBPC. Amava as paisagens que buscou interpretar e deslindar e falava de geomorfologia como quem conversa sobre poesia, com profundidade e singeleza e intenso brilho.

Mudança de sede: Quo Vadis?

No *Informativo Adusp* 336, nos perguntávamos por que a Reitoria não dava prosseguimento ao processo de negociação de novo espaço no campus para a sede da Adusp. Já naquele momento (novembro de 2011) nos parecia injustificável a demora para tratar de tema tão urgente, na medida em que as obras no prédio da antiga (futura) Reitoria avançavam, o que tornava as condições de trabalho cada vez piores para diretores e funcionários da entidade (nem se fale, para os funcionários da USP ainda obrigados a trabalhar no local).

No início de dezembro de 2011, voltamos a nos reunir com os representantes da Reitoria; finalmente, a Procuradoria Geral concordou que não havia objeção legal a firmarmos um Termo de Permissão

de Uso. Parecia que tudo caminharia com mais rapidez, a partir de então. Mas fomos surpreendidos, logo em seguida, com a informação de que a Reitoria não tinha nenhuma proposta, naquele momento, para um espaço definitivo destinado à sede da Adusp. Mais do que isso, não se comprometia a apresentar uma, mesmo que dilatássemos o prazo previsto para esse fim.

A representação da Adusp, mais uma vez interessada em superar qualquer possibilidade de impasse, propôs então que a Reitoria aumentasse o espaço no prédio da antiga prefeitura do campus, que inicialmente seria a sede provisória da entidade, para que pudesse se tornar um espaço definitivo. Comprometeram-se então os representantes da Reitoria a estudar

essa possibilidade e a voltar a se reunir com a Adusp.

Ampliação. Nova reunião ocorreu em 22 de dezembro: desta vez, a Reitoria apresentou proposta de ampliação do espaço, que nos pareceu razoável. Perguntamos se haveria possibilidade técnica de irmos a construir um segundo piso naquele espaço e os professores Alberto Carlos Amadio e Wanderley Messias da Costa, que representam a Reitoria nessa negociação, se comprometeram a verificar se isso seria possível.

Por seu lado, a Adusp se comprometeu a encaminhar nova proposta de Termo de Permissão de Uso, fazendo as adequações da proposta anterior à nova situação. Comprometeu-se também a elaborar

um projeto executivo das reformas que precisariam ser feitas no local que abrigaria a nova sede da entidade.

Em meados de fevereiro, encaminhamos à Reitoria a nova minuta, comunicando que o projeto executivo estava sendo elaborado, mas que poderíamos firmar o Termo, condicionando sua validade à apresentação do projeto. Temos insistido na urgência de firmarmos o Termo, sem sucesso até o momento.

Enquanto isso, as obras avançam e as condições de trabalho no prédio da Antiga Reitoria ficam cada vez piores.

Mais uma vez, a atitude da Reitoria de protelar esse processo de negociação configura um desrespeito inaceitável para com a entidade.

Justiça reintegra estudante expulso pela Reitoria e requer informações

Advogado Aton Fon acusa boletim USP Destaques 56 de divulgar “informações falsas a respeito dos alunos vitimados”

O juiz Valentino de Andrade, da 10ª Vara de Fazenda Pública, concedeu liminar a Marcus Padraic Dunne, reintegrando-o ao corpo discente da USP. Padraic é um dos seis estudantes expulsos pela Reitoria em 2011, com base no regimento disciplinar de 1972, por haverem participado da ocupação do prédio da Coseas, em março de 2010.

Para o juiz, a eliminação de Padraic “pode ter eventualmente se revelado desproporcional”. Ele cobrou informações da universidade, entendendo haver indícios de que o processo administrativo-disciplinar não deu ao aluno condições de defesa (vide, a propósito: “Vamos calar diante da eliminação de seis estudantes?”, *Informativo Adusp* 340, p. 4). Em nota, a Reitoria declarou que “foram observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do

contraditório, bem como os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade”, e que prestará as informações requeridas pelo juiz da 10ª Vara.

A expulsão dos estudantes (ou eliminação, conforme o regimento) voltou a ser defendida no *USP Destaques* 56 (9/3/12), em texto intitulado “Sobre ações de alunos desligados por invasão do Bloco G da Coseas impetradas na Justiça”. O advogado Aton Fon Filho, que defende Padraic e outros estudantes, emitiu nota a respeito do boletim oficial da Reitoria, criticando o que chama de “divulgação de informações falsas a respeito dos alunos vitimados com expulsão do corpo discente da USP”.

Inverdades. Segundo Fon, o *USP Destaques* “lança mão de inverdades para tentar justificar a eliminação de alunos”. Fon classifi-

ca como “artimanha” a seguinte afirmação do boletim: “O processo administrativo disciplinar, concluído em dezembro do ano passado, não apurou simplesmente a ocupação, mas sim outras ações graves, como desaparecimento de prontuários com informações sigilosas da saúde e da família de alunos da Universidade e de crianças e adolescentes alunos da Escola de Aplicação, além de desaparecimento e danos de patrimônio público” (destaques do advogado).

Ele chama atenção para o fato de que tais “ações graves” não constam da Portaria GCC-06, de 26/3/2010, expedida pela professora Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, coordenadora de Assistência Social da Universidade de São Paulo, e citada pelo *USP Destaques*. A portaria menciona tão somente “a invasão e ocupação das dependências da Divisão de Promoção Social da Coordenadoria de Assistência Social (...), ocorrida no dia 18 de março de 2010, por volta das 1h15min. nos termos do Boletim de Ocorrência n. 861/2010, do 93º Distrito Policial”.

Portanto, diz o advogado, “não é verdade a afirmação da Reitoria de que outros fatos tivessem sido atribuídos aos alunos submetidos à perseguição administrati-

va, e que tivessem sido objetos de apuração”.

Nulidade. Ainda de acordo com Fon, “assim limitado na origem, o processo administrativo mostrou sua limitação também quando cumpriu sua missão de recomendar a punição dos alunos”, ao afirmar serem “verdadeiros os fatos que lhe são imputados quanto a invasão e ocupação das dependências da Divisão de Promoção Social da Coseas no dia 18.03.2010”. Desse modo, é “a própria Comissão Processante que denuncia a falsidade do que diz a Reitoria da USP”.

Na opinião do advogado, o intuito do *USP Destaques* é “pendurar novas acusações nos pescoços de seus bodes expiatórios”, ou seja, dos estudantes: “É que a punição imposta aos alunos, sobre não ter sido devidamente motivada, foi evidentemente exacerbada, ainda que se admitisse, para fins de argumentação, que alguma sanção fosse possível. E já antevê a Reitoria, na decisão concessiva da liminar que lhe tira o sono [concedida ao estudante Padraic], o reconhecimento da nulidade de todo o processo administrativo”.

Sarau Adusp 23 de março, sexta-feira, 18 horas, na sede da Adusp

Rimbaud etc. (história e poesia)

com o Grupo Ô de Casa

Maria das Graças, a otimista

Flynn



Ato denuncia política de intolerância

“É muito estranho precisar defender a democracia numa casa pública e de educação. Será que não aprendemos nada?”, questionou, referindo-se aos atos da Reitoria de perseguição aos movimentos, o professor César Minto, vice-presidente da Adusp, durante ato público realizado em 16/3 que reuniu estudantes, docentes e funcionários. “A Adusp defende que as instituições públicas de caráter educacional devem se pautar por uma forma organizativa e por um funcionamento eminentemente democráticos, que sejam exemplares para o conjunto da sociedade”, destacou.

O professor Jorge Souto-Maior, da Faculdade de Direito, criticou a posição assumida pela gestão Rodas “de levar adiante, a ferro e fogo, seu projeto de implementar, na Universidade, um ensino voltado à lógica de mercado, alimentando uma lógica autoritária”. Ele atacou o “argumento de legalidade” usado pela Reitoria, “que ao mesmo tempo não se preocupa em respeitar a Constituição, no que tange à obrigação de contratação de pessoas unicamente por intermédio de concurso público e à eliminação das fundações privadas que atuam com a marca da USP, para angariar ganhos à satisfação de interesses particulares”.

Souto-Maior também denunciou “a política de intolerância, sob o pretexto da segurança” e a formação de um banco de dados para a troca de informações sobre ocorrências no campus, que, “se pode ter um fim meramente organizacional, pode [também] servir à lógica policesca que, de fato, acabou se institucionalizando por intermédio de um fatídico serviço de espionagem”.

Retrógrada. Magno de Carvalho, do Sintusp, observou que a USP é a “universidade pública mais antidemocrática e retrógrada do Brasil” e que seu Estatuto “é do pior momento da Ditadura Militar”. Denunciou que o Proad, criado pela Reitoria, é um programa destinado a dispensar muitos funcionários, como declarado pelo próprio diretor do RH: “O projeto é terceirizar tudo e eliminar uma massa enorme de funcionários. Por isso precisam destruir a organização dos trabalhadores”.

Camila Viviane e Thiago Aguiar, membros da comissão gestora do DCE, defenderam a unidade do movimento contra a gestão Rodas. “Segundo na lista, ele foi escolhido por Serra, está aqui para implantar o projeto do governo”, disse Camila. “A USP é um feudo, está a serviço de uma casta de administradores. Vão gastar R\$ 240 milhões na construção de um centro de convenções, embora haja salas de aula caindo aos pedaços”, disse Thiago.

O professor Henrique Carneiro, da FFLCH, destacou o papel das polícias militares como força de repressão aos movimentos sociais em todo o Brasil. “A PM é o legado da Ditadura Militar. Só existe no mundo uma polícia igual, com as mesmas características: os carabineiros, no Chile. A PM foi cúmplice do regime militar e se orgulha disso”. Ele citou diversos exemplos de atuação truculenta e antidemocrática das PMs, como o espancamento de um aluno negro no DCE, a desocupação da Reitoria, a reintegração de posse do Pinheirinho e o ataque a estudantes em Recife e Teresina (neste, um aluno atingido por um bala de borracha ficou cego). “O povo brasileiro não



Paula Possari

Estudantes retomam a luta pela democracia na USP

suporta mais ser perseguido pelas PMs nas periferias pobres deste país”, disse Carneiro.

Tolerância zero. Givanildo, representante da Associação da Comunidade São Remo, falou em “política de tolerância zero” do governo estadual e da prefeitura, associada aos interesses do mercado imobiliário. A Reitoria anunciou, recentemente, um projeto de “reurbanização” da área da São Remo. Ele considera que o projeto da Ditadura Militar foi vencedor e que hoje há uma política de extermínio de jovens e negros, sendo o Brasil o terceiro país que mais encarcera no mundo.

O professor Adrián Fanjul, da FFLCH, criticou a edição 56 do USP Destaques, pelas ironias existentes no texto da Reitoria, quando sugere, como resposta às críticas ao convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública, emendar a Constituição Federal ou “parte do território nacional se proclamar novo Estado soberano”. Ele lembrou que diversas personalidades ligadas ao próprio Estado, como a desembargadora Kenarik Boujikian e

o ouvidor da PM, Gonzaga Dantas, pronunciaram-se contra o convênio que aumenta a presença da PM no campus do Butantã. Quanto à afirmação de que os órgãos colegiados encontram-se em pleno funcionamento, Adrian, que é representante docente, relatou que em reunião do Conselho Universitário representantes de congregações e os representantes discentes propuseram discutir o convênio, no entanto o reitor encerrou os trabalhos.

“Não imaginava participar de ato semelhante”, manifestou o professor Ricardo Musse, também da FFLCH. Citando a boa posição da USP em um novo ranking de universidades, comparou: “Se fizessem um ranking de democracia, de gestão democrática, a USP estaria entre as primeiras, às avessas. Estamos sendo dirigidos por alguém que odeia a Universidade”. Lembrou que Rodas foi declarado *persona non grata* pela própria unidade de que foi diretor. “Devemos centrar nossos esforços para mostrar a todos que o reitor não hesita em chegar à grande imprensa e difamar seus estudantes, funcionários e docentes”.